

Mesa setorial do PGPE e PECs aponta defasagem em tabelas salariais

Instalada também na segunda-feira, 18, como a mesa da Carreira da Previdência Saúde e Trabalho (CPST), a mesa setorial das carreiras do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) e do PECs (Planos Especiais de Cargos) teve sua primeira reunião apontando para a defasagem em tabelas salariais e a complexidade de reunir diversos planos de cargos do Executivo Federal. Hoje, 77 setores do Executivo Federal integram o PGPE. Além disso, segundo levantamento recente da subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, o Poder Executivo possui mais de 30 planos especiais de cargos com diferentes tabelas salariais.

O secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SRT/MGI), José Lopez Feijóo, informou que o governo deve apresentar, em um prazo de 15 dias, a proposta de Diretrizes Gerais das Carreiras para o conjunto dos servidores do Executivo com evolução nos padrões de 20 níveis. O objetivo do projeto seria fortalecer o serviço público com a reorganização das carreiras existentes, aplicando o método de estruturação das carreiras por similaridade para ativos e aposentados. De acordo com Feijóo, não haverá construções de carreiras segmentadas. Além disso, os concursos públicos deverão ser unificados em carreiras transversais, com a manutenção da estabilidade e dos direitos adquiridos.

O representante do governo também explicou que, em função das limitações impostas pelo arcabouço fiscal, as demandas que dependem de orçamento levarão mais tempo para serem analisa-



das, enquanto que as demandas técnicas, que não dependem de recursos financeiros, serão discutidas com maior brevidade. O MGI ficou ainda de analisar a proposta protocolada pelas entidades sindicais sobre o PGPE e o PECFAZ (Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda), esta última protocolada em 20 de junho deste ano. Uma nova reunião deve ser agendada em até 15 dias para continuar as negociações.

Recomposição de perdas inflacionárias é viável

Na avaliação do secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, que também integra como representante da categoria a mesa setorial, existem brechas tanto no arcabouço fiscal quanto no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para que o governo viabilize a recomposição das perdas inflacionárias dos últimos seis anos. "O MGI precisa assumir uma postura mais ativa junto aos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento para garantir o reajuste do funcionalismo", pontua Neves. "Mas,

para isso, os servidores também precisam se organizar e cobrar do ministério esse posicionamento", conclui.

Governo é contra a reforma administrativa

Na reunião, o MGI reafirmou posição contrária do governo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 que trata da reforma administrativa, por se tratar do desmonte dos serviços públicos com a retirada de direitos e conquistas dos servidores.

Neves reafirmou que a posição do governo sobre a PEC 32 é importante, mas acredita que os trabalhadores e suas entidades sindicais devem organizar o quanto antes um ato nacional pela revogação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da Terceirização sem limites (Lei 13.429/2017), pois a melhor defesa é o ataque. "Precisamos nos organizar para revogar essas duas leis que são extremamente nocivas para o conjunto da classe trabalhadora e, com isso, demonstrar que não aceitaremos a retirada de direitos", concluiu.

Fonte: Condsef



Saúde mental do trabalhador depende da articulação entre sindicatos e poder público

Para preservar e cuidar da saúde mental do trabalhador e da trabalhadora é preciso normatizar o que é o adoecimento psíquico, por meio de pesquisas e convenções, criar um robusto sistema de notificação dos casos, vigilância social e sindical que garanta as investigações dos casos, e ainda e vigilância de saúde nos espaços de trabalho articulada com a rede de atenção básica da saúde pública. Isso foi o que a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, Madalena Margarida da Silva, defendeu no “Fórum Sofrimental Mental e Suicídio Relacionados ao Trabalho”, organizado pela Universidade de Campinas (Unicamp) e a Rede Margarida, da qual a CUT é membro.

“A atuação sindical por melhores condições de trabalho é fundamental neste momento. Estamos vendo um grande número de sindicatos se interessando pelo tema da saúde mental e de como está a vida do trabalhador no contexto mais geral, e sabemos da relevância do tema”, afirma Madalena.

O evento debateu os contextos que estão levando o adoecimento do trabalhador, entendendo que a depressão não é um sintoma isolado de cada um, mas um problema que atravessa toda a sociedade e todas as dimensões da vida.

Quando ouvir pode salvar

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Juneia Batista, também esteve no debate e afirmou que os relatos de assédio moral e sexual - um dos fatores que leva ao adoecimento psíquico das

mulheres, senão são novos, continuam sendo estressadores.

“É urgente que nossas ações contemplem mais espaços de escuta. Sabemos que nas categorias onde isso já existe, como nos bancários, o acolhimento está mais presente. Recentemente conseguimos intervir no caso de uma guarda municipal que estava em um situação de estresse e medo muito intensos em função de assédio no ambiente de trabalho, mas isso só foi possível quando damos espaço para que esses casos venham à tona. Para que as mulheres falem sobre suas angústias”, defende Juneia.

Menos metas, mais saúde

O adoecimento do trabalhador causado por metas abusivas é central na ação do movimento sindical bancário. Em números totais, de 2012 a 2021, 42.138 bancários receberam o benefício acidentário pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão de doenças e acidentes relacionados ao trabalho. No mesmo período, 156.670 outros trabalhadores da categoria tiveram reconhecido o afastamento por doença comum.

A partir de 2013, transtornos mentais e comportamentais passaram a ser a principal causa de afastamento. Se considerarmos todas as categorias, de 2012 a 2021, transtornos mentais foram responsáveis por 5% dos afastamentos por acidentes de trabalho, e 10% dos afastamentos por doenças comuns. Entre os bancários esse número é muito maior.

No mesmo período, no setor econômico que inclui bancos e financeiras, os transtornos mentais

representam 39% dos afastamentos por acidentes e doenças do trabalho e 29% dos afastamentos não reconhecidos como acidente ou doença do trabalho.

Os dados são do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho – uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT), em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e foram compilados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Para o secretário de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mauro Salles, “os números mostram que, mesmo subnotificadas e não reconhecidas como tais, as doenças do trabalho que acometem os bancários são um alarmante sinal de um sistema de organização do trabalho que adoecem muito mais que outras categorias”.

Por isso, com a ideia de promover a conscientização a respeito desse quadro e intensificar a luta por melhores condições de trabalho dentro da categoria, a Contraf-CUT está promovendo a campanha “Menos Metas, Mais Saúde”.

“A conscientização sobre os efeitos negativos das metas abusivas é o primeiro passo para garantir a saúde e o bem-estar dos trabalhadores do ramo financeiro. Nossa missão é construir um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado, onde as metas não sejam prejudiciais à saúde dos profissionais”, afirma Salles.

Fonte: CUT